

FOLHA DE S.PAULO ***

mundo

Suprema Corte dos EUA julga ações que vão definir futuro de redes sociais

Juizes decidem validade de leis que proíbem big techs de banir candidatos e de 'censurar' conservadores

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO A Suprema Corte dos Estados Unidos começa nesta segunda-feira (20) a julgar duas ações que vão definir o futuro das redes sociais. A mais alta instância da Justiça americana vai analisar ações que contestam leis aprovadas em 2021 no Texas e na Flórida e que têm como objetivo, segundo os legisladores, combater uma suposta censura imposta pelas big techs às vozes conservadoras. A lei da Flórida proíbe as redes sociais de banirem candidatos a cargos políticos e de "esconderem" suas publicações. Por sua vez, a legislação do Texas impede as empresas de discriminarem seus usuários com base em seus "pontos de vista". Em jogo está a capacidade das redes sociais de moderação de conteúdo. Isso é a Suprema Corte americana vai decidir se Facebook, YouTube, X e TikTok são mais parecidos com telefones e ferrovias ou com jornais. A corte pode acatar o argumento dos governos do Texas e da Flórida de que as redes sociais são empresas de utilidade pública, que fornecem serviços essenciais e precisam servir a todos os cidadãos igualmente, sem discriminação —a mesma manei-

ra que uma ferrovia não pode impedir uma pessoa de andar no trem por sua posição política e uma companhia telefônica não pode baixar o volume de ligações feitas por pessoas que tenham determinadas crenças religiosas. Se isso ocorrer, as empresas podem ser impedidas de remover publicações, por exemplo, de pessoas que negam a eficácia das vacinas ou que questionam a existência do Holocausto nazista. A corte também pode seguir na direção contrária e decidir que as redes sociais não são um serviço de utilidade pública porque os usuários têm opções —se não gostarem do X, podem recorrer a redes como Truth Social ou Gab, por exemplo. Ousadia nesse cenário, as redes funcionam como jornais, que têm o direito de tomar decisões editoriais sobre qual conteúdo vão —ou não— veicular e que destaque da rede a cada notícia. Nesse caso, elas podem remover vídeos de apologia da anorexia ou do suicídio e elogios a Adolf Hitler —conteúdos que não são necessariamente ilegais, mas que violam regras de uso das plataformas. Os casos diante da Suprema Corte são mais uma manifestação da polarização nos Es-

tados Unidos. As leis do Texas e da Flórida partem do pressuposto de que as redes sociais censuram os conservadores, discriminam políticos de direita e promovem conteúdo mais progressista. A legislação da Flórida, sancionada em maio de 2021 pelo governador Ron DeSantis, foi uma resposta direta à suspensão de Donald Trump do então Twitter e do Facebook. O agora ex-presidente foi banido das redes por veicular conteúdo de incitação à violência que teria colaborado para os ataques ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021, em que seus apoiadores tentaram reverter o resultado da eleição presidencial de 2020, que deu vitória a Joe Biden. A invasão deixou cinco mortos em Washington e é considerada o mais grave ataque à democracia dos Estados Unidos em sua história moderna. Muitos em nosso estado já sofreram com a censura e com outras tiranias em Cuba e na Venezuela. Se os censores das big techs aplicarem suas regras de forma inconsistente, para discriminar a favor da ideologia dominante do Vale do Silício, agora serão responsáveis", disse DeSantis à época da sanção. Além de proibir a "desplataformação" de candidatos, a

lei exige que cada empresa publique os critérios usados para moderar conteúdo e também permite que cidadãos da Flórida processem as big techs. Três dias após o aval do governador à lei, a NetChoice, associação que reúne empresas como Meta, Google e TikTok, entrou com uma ação pedindo a suspensão da legislação. O argumento é que ela fere a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, que protege a liberdade de expressão —no caso, a liberdade de empresas privadas decidirem que discurso permitem, ou não, sem interferência do governo. "Trata-se de ataque frontal à Primeira Emenda e uma intervenção do governo no livre mercado de ideias, algo que seria impensável para mídia tradicional, livrarias e bibliotecas", afirmou a entidade. "Da mesma maneira que a Flórida não pode dizer ao New York Times que editoriais deve publicar ou à Fox News que entrevistas deve levar ao ar, não pode dizer ao Facebook ou ao YouTube que conteúdos devem disseminar".

O governo do presidente Joe Biden, que normalmente pressiona por mais regulação das big techs, dessa vez ficou ao lado das plataformas. Após um tribunal distrital

baixar uma liminar suspendendo a aplicação da lei, o procurador-geral da Flórida recorreu ao Tribunal de Apelações, que manteve a liminar —levando o estado da Flórida a recorrer à Suprema Corte. Já a lei do Texas foi sancionada em setembro de 2021. Ela proíbe a censura com base no ponto de vista ou da localização do usuário. "Como as empresas de telefones de antigamente, os gigantes de mídias sociais usam seu controle sobre a praça pública moderna para direcionar e amoldar debate público", disse o procurador-geral do Texas, Ken Paxton, afiliado ao Partido Republicano. Menos de duas semanas após o aval à lei texana, a NetChoice entrou com nova ação contestando, também com base na Primeira Emenda, um tribunal distrital bloqueou a lei, mas Paxton recorreu, e uma corte de apelações reestabeleceu a lei. A entidade que representa as empresas então apelou à Suprema Corte. Os juizes da Suprema Corte começam a ouvir as sustentações orais nesta segunda, mas espera-se que a decisão final saia apenas em junho ou julho. Qualquer que seja o veredicto, vai impactar a regulação da internet em geral. Caso decidam pela validade das leis, isso restringirá muito a capacidade das empresas de moderarem conteúdo e pode deixar as redes sociais ainda mais tóxicas. Se o tribunal considerar que as empresas não são de utilidade pública ou que as leis ferem a liberdade de expressão das plataformas, pode inviabilizar muitas outras tentativas de regular as big techs.

Quem é quem na Suprema Corte dos Estados Unidos

- John Roberts, 69 (conservador)** Indicado por George W. Bush em 2005. Ainda que seja conservador, o atual presidente da Suprema Corte às vezes atua mais ao centro.
- Clarence Thomas, 75 (conservador)** Indicado por George W. Bush em 1991.
- Samuel Alito, 73 (conservador)** Indicado por George W. Bush em 2006.
- Neil Gorsuch, 56 (conservador)** Indicado por Donald Trump em 2017.
- Brett Kavanaugh, 59 (conservador)** Indicado por Trump em 2018.
- Amy Coney Barrett, 52 (conservadora)** Indicada por Trump em 2020.
- Sonia Sotomayor, 69 (progressista)** Indicada por Barack Obama em 2009.
- Elena Kagan, 63 (progressista)** Indicada por Obama em 2010.
- Ketanji Brown Jackson, 53 (progressista)** Indicada por Joe Biden em 2022.



AGRICULTORES POLONESES BLOQUEIAM IMPORTANTE PONTO DE FRONTEIRA COM A ALEMANHA
Protestos rurais usam tratores para fechar rodovia em Słubice em protesto contra importações de produtos oriundos de fora da União Europeia. Luc Heugens/Reuters

Trump isolou Nikki Haley para vencer primárias na Carolina do Sul

Tim Reid, Gram Slater e Nathan Layne

REUTERS A vitória de Donald Trump contra Nikki Haley nas primárias da Carolina do Sul, estado de origem da republicana, neste sábado (24), contou com ações metodológicas para isolá-la e eliminar a ameaça que a candidatura dela representava, de acordo com assessores e pessoas próximas às duas campanhas. Apesar de vitórias amplas nas primárias de Iowa, New Hampshire e Nevada, a candidatura para Trump levar a vitória na Carolina do Sul, um estado-chave que com frequência prevê o candidato indicado pelo Partido Republicano à eleição presidencial dos EUA. Ao contrário de 2016, Trump enfrentava uma rivalidade das avozes para governar o estado, onde ela ainda é popular.

O plano era isolar Haley politicamente ao garantir o apoio de dezenas de autoridades locais o mais rápido possível, com isso, demonstrar publicamente que ela não tinha como avançar seu caminho para a Presidência através da Carolina do Sul, disseram assessores com conhecimento da estratégia de Trump. A vitória de ex-presidente sabado não foi esmagadora, mas ele ainda teve como margem confortáveis 20 pontos percentuais. "Estávamos esperando uma coisa diferente de dois mandatos. Isso exigiu uma demonstração de força. Previmos que ele seria impedido que doadores e eleitores olhassem para Nikki", mas um assessor próximo da campanha de Trump à Reuters sob condição de anonimato, afirmando que um governo dos gerentes da Carolina do Sul era onde final-

mente venceria Trump e mudaria o rumo da disputa pela indicação do partido. Em vez disso, pode ser lembrado como o estado onde sua campanha sofreu o golpe fatal —ela afirma seguir na disputa ao menos até a Super Terça, No dia 24 de janeiro, um mês antes da disputa na Carolina do Sul, Trump havia reunido o apoio de 158 autoridades republicanas do estado, incluindo legisladores, prefeitos e senadores, em um esforço de mandatos anteriores. Haley havia recebido apoio de 1 deputado federal, 11 legisladores estaduais e 3 prefeitos. "Essa série de endossos a Trump impingiu. O O ritmo não é absolutamente constrangedor para Nikki Haley", disse Chris LaPlante, chefe de política local ou um mem-

bro da Câmara municipal disputando a favor de Trump em um churrasco ou em uma reunião com a base eleitoral". Trump empregou táticas semelhantes para tentar forçar o governador da Flórida, Ron DeSantis, a sair da corrida. O ex-presidente destacou durante a campanha sua vantagem esmagadora em número de apoios na Flórida para alimentar o discurso de que ele era o favorito absoluto para vencer a aplicação. DeSantis encorajou sua campanha em janeiro.

Liderando este trabalho na Carolina do Sul estava o atual governador do estado, Henry McMaster; Ed McMullen, um ex-embaixador dos EUA na Suíça e veterano da política estadual; e Justin Evans, um ex-juiz. Se "severos" o chefe de polícia local ou um mem-

bro da Câmara municipal disputando a favor de Trump em um churrasco ou em uma reunião com a base eleitoral". Trump empregou táticas semelhantes para tentar forçar o governador da Flórida, Ron DeSantis, a sair da corrida. O ex-presidente destacou durante a campanha sua vantagem esmagadora em número de apoios na Flórida para alimentar o discurso de que ele era o favorito absoluto para vencer a aplicação. DeSantis encorajou sua campanha em janeiro.

Liderando este trabalho na Carolina do Sul estava o atual governador do estado, Henry McMaster; Ed McMullen, um ex-embaixador dos EUA na Suíça e veterano da política estadual; e Justin Evans, um ex-juiz. Se "severos" o chefe de polícia local ou um mem-

bro da Câmara municipal disputando a favor de Trump em um churrasco ou em uma reunião com a base eleitoral". Trump empregou táticas semelhantes para tentar forçar o governador da Flórida, Ron DeSantis, a sair da corrida. O ex-presidente destacou durante a campanha sua vantagem esmagadora em número de apoios na Flórida para alimentar o discurso de que ele era o favorito absoluto para vencer a aplicação. DeSantis encorajou sua campanha em janeiro.

Liderando este trabalho na Carolina do Sul estava o atual governador do estado, Henry McMaster; Ed McMullen, um ex-embaixador dos EUA na Suíça e veterano da política estadual; e Justin Evans, um ex-juiz. Se "severos" o chefe de polícia local ou um mem-

bro da Câmara municipal disputando a favor de Trump em um churrasco ou em uma reunião com a base eleitoral". Trump empregou táticas semelhantes para tentar forçar o governador da Flórida, Ron DeSantis, a sair da corrida. O ex-presidente destacou durante a campanha sua vantagem esmagadora em número de apoios na Flórida para alimentar o discurso de que ele era o favorito absoluto para vencer a aplicação. DeSantis encorajou sua campanha em janeiro.

Liderando este trabalho na Carolina do Sul estava o atual governador do estado, Henry McMaster; Ed McMullen, um ex-embaixador dos EUA na Suíça e veterano da política estadual; e Justin Evans, um ex-juiz. Se "severos" o chefe de polícia local ou um mem-